

Authoritarianism circularity in Brazil: Raymundo Faoro's interpretation on some political impasses that emerged in the 1990s

Sumário

Introdução. O processamento de uma forma de governar autocrática no início da década de 1990. Por que os planos econômicos revelavam a substancialidade de modos de governar oligárquicos e autoritários. 1993: A movimentação política em torno da reforma constitucional, da governabilidade e das eleições presidenciais de 1994. Considerações finais: o padrão de domínio autoritário e as eleições presidenciais de 1994. Referências bibliográficas.

Resumo

A finalidade deste artigo é expor as reflexões de Raymundo Faoro acerca do processo político denominado pós-transição, ou seja, a partir de 1988. Suas análises da conjuntura política brasileira que foram realizadas, semanalmente, na revista Isto É, fornecem elementos para a compreensão do processamento de uma forma de governar autocrática que se mantinha ainda quase que intacta no início da década de 1990. A eternização de métodos e de procedimentos oligárquicos foi debatida por ele nos seus diversos artigos sobre os impasses políticos que vinham à tona no ano da revisão constitucional (1993). Seus textos refletiam também sobre os impasses políticos gerados pela movimentação em torno do plebiscito, da governabilidade, dos planos econômicos e das eleições de 1994. Os artigos de Faoro foram tomados como documentos que expressavam uma tentativa de intervir nos rumos da vida política nacional.

Palavras-chaves: *Transição, democracia, autoritarismo, oligarquismo.*

Abstract

The purpose of this article is to present Raymundo Faoro's reflection on the political process called post-transition, that is, the one started in 1988. His analyses of the Brazilian political conjuncture that were carried out weekly in the magazine Isto É, provide facts for understanding the process of an autocratic way of governing that was kept almost intact in the beginning of the 1990s. The perpetuation of oligarchic methods and procedures was debated by him in his several articles on the political impasses that emerged in the year of the constitutional review (1993). His texts also reflected the political impasses generated concerning the movement about the referendum, the governability, the economical plans and the elections of 1994. Faoro's articles were considered as documents that show an attempt to intervene in the course of the national political life.

Key words: *Transition, democracy, authoritarianism, oligarch.*

Artigo: *recebeu, Junho 25 de 2009; aprovado 10 de julho de 2009.*

Maria José de Rezende: *Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente-investigadora da Universidade Estadual de Londrina (Brasil).*

Correo electrónico: *mjderezende@gmail.com, mjr@sercomtel.com.br*

A circularidade do autoritarismo no Brasil: A leitura do jurista Raymundo Faoro sobre alguns impasses políticos vindos à tona na década de 1990

Maria José de Rezende

Introdução

Na segunda metade do século XX, algumas obras marcaram definitivamente o modo de interpretação do Brasil¹. Uma delas, a qual se intitula *Os donos do poder*², escrita pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) tem sido fonte de consulta para inúmeras pesquisas acerca dos processos de mudança social e política no país. Todos os demais livros (Faoro, 1981; 1988; 1994) publicados por este pensador social e também os seus artigos editados semanalmente ao longo de quase 30 anos, em periódicos de circulação nacional, reiteram as teses principais que ele levantava na sua primeira obra. Pode-se, sem sombras de dúvida, afirmar que

Suas análises sobre a transição política brasileira no início da década de 1990 reafirmavam a tese central desenvolvida em *Os donos do poder*: a de que há, no país, institucionalizada, uma forma de poder que se configura como patrimonialismo estatal que é capaz de implodir continuamente qualquer processo redefinidor da vida social e política. Isto porque o estamento que dirige o Estado acaba por exercer uma pressão contundente sobre todas as demais forças sociais, até mesmo, sobre os segmentos preponderantes. Desmantelase, assim, seguidamente, a possibilidade de emergência de agentes sociais capazes de afrontar as tecnocracias que comandam, renovandose em relação a pessoas, mas não em relação a propósitos, procedimentos e ações, o aparelhamento estatal (Rezende, 2006, p.36).

As análises de Raymundo Faoro refletem não somente as suas atividades intelectuais no decorrer da segunda metade do século XX, mas também as suas ações políticas como partícipe da sociedade civil organizada que combatia o Estado de exceção vigente no país entre 1964 e 1985. Quando presidiu a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), entre 1977 e 1979, empenhou-se na luta pelo fim dos Atos Institucionais (os quais foram implantados pelo regime militar no decorrer das décadas de 1960 e 1970) e pelo restabelecimento do *habeas corpus*. Na condição de presidente da OAB, Faoro foi um dos representantes da sociedade civil nos diálogos propostos pelo Ministro da Justiça do governo de Ernesto Geisel (1973-1979). Suas atuações visavam aproveitar todas as brechas possíveis para derrotar o autoritarismo que vigorava naquele momento.

No período da distensão (1973-1979) e no da abertura política (1979-1985), Raymundo Faoro travou uma batalha em defesa da necessidade de convocação de uma assembléia constituinte que fosse exclusivamente formada para a elaboração

1 Entre as principais obras que marcaram o pensamento social brasileiro na segunda metade do século XX, estão: *Os donos do poder* (Faoro, 1989); *Dialética do desenvolvimento* (Furtado, 1964); *Ordem e Progresso* (Freyre, 1962); *Revolução Burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975).

2 A obra *Os donos do poder* foi publicada pela primeira vez em 1958, todavia, numa segunda edição em 1975, esta obra foi totalmente reelaborada. As 271 páginas da primeira edição se transformaram em 766.

de uma nova Carta Constitucional que colocasse os pilares fundamentais para suplantar o autoritarismo arraigado na política e no Estado brasileiro. Ele teceu inúmeras críticas ao modo como, dentro do governo Sarney (1985-1989), se deram tanto a convocação da Assembléia Constituinte (1987/1988) quanto o processo de construção da nova Carta Magna, promulgada em outubro de 1988, que incorporava diversos resquícios autoritários e antidemocráticos da vida política brasileira.

Desde a promulgação da Carta Constitucional de outubro de 1988, Raymundo Faoro passou a refletir, em seus textos publicados semanalmente nas revistas *IstoÉ/Senhor*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, sobre as alterações nos procedimentos políticos indicadores ou não de redefinições do padrão de organização social e político brasileiro. Nos anos de 1989 e 1990 ele apontava em seus artigos que o cotidiano da vida política nacional estava repleto de dificuldades de desmontar as práticas autoritárias sedimentadas nas instituições políticas brasileiras.

Nos anos de 1991 e 1992 ele realizou uma análise minuciosa do modo de agir do governo eleito diretamente depois de muitos anos de governos indicados indiretamente pelo Colégio Eleitoral³. Suas análises sobre os procedimentos do governo Collor de Mello (1990-1992) esclarecem os modos distintos de manutenção de práticas autoritárias que se eternizavam em cada medida tomada pelo governo que se instalava no poder após as eleições diretas de 1989. Neste artigo, não serão feitas análises de suas reflexões sobre os anos imediatamente anteriores a 1993 porque esses períodos já foram analisados em outros artigos⁴ (Rezende, 2006; Rezende, 2006^a, 2006b; 2008).

No ano de 1993, Faoro assinalava que as principais movimentações políticas se davam em torno do plebiscito - ue foi realizado no dia 21 de abril daquele ano para definição da forma (República ou Monarquia constitucional) e do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que seriam implantados no país-, da revisão constitucional -em razão de o prazo de revisão da Carta Magna era para quando completasse 05 anos de sua promulgação-, da governabilidade, das eleições presidenciais e dos planos econômicos postos sucessivamente em marcha na primeira metade da década de 1990.

Num quadro que pode ser denominado de pós-transição⁵, Faoro que havia se dedicado durante anos a pensar o cotidiano da vida política brasileira no decorrer da distensão (1973-1979), da abertura (1979-1985) e da Nova República (1985-1990) via-se, no início da década de 1990, diante, de procedimentos políticos que confirmavam o seu diagnóstico, exposto no livro *Assembléia constituinte: a legitimidade recuperada* (1981), de que havia uma enorme dificuldade de emergir, no país, “uma força nova capaz de alterar o sistema político” (Faoro, 1981, p.71) como um todo.

Em 1993, ele vai fazer uma reflexão, ao longo de diversos artigos publicados semanalmente, sobre as ações políticas que indicavam que o sistema político em vigor, desde 1964, continuava, em muitos aspectos, em pleno funcionamento, naquele momento. O arcabouço autoritário embasava o modo de agir dos setores dirigentes que compunham o círculo do poder. Tudo indicava que nos anos vindouros não seriam desmontadas as práticas autoritárias em andamento.

O processamento de uma forma de governar autocrática no início da década de 1990

No decorrer da década de 1990, Raymundo Faoro se dedicou a demonstrar que era visível a persistência de um núcleo de poder no interior da política brasileira que potencializava uma forma de governar oligárquica que tinha como elemento central a construção de mecanismos que levassem ao impedimento de projeções autônomas da sociedade civil. A prática política autocrática ia se mantendo intacta e iam-se desenvolvendo expedientes mantenedores de posições de mando e de decisão reiterativas de ações desencadeadas ao longo de uma República que foi, no decorrer dos tempos, chancelando um projeto de país “entregue aos guardas oligárquicos, projeto que os guardas armados, em nome da segurança e do desenvolvimento, aprimoraram e levaram ao extremo, sem que os constituintes de 1988 se dessem ao cuidado de demolir e substituir por outro” (Faoro, 1993, p.19).

As movimentações políticas em torno do plebiscito, da revisão constitucional, da busca de governabilidade, dos planos econômicos e da sucessão presidencial revelavam uma enorme dificuldade, por parte dos setores preponderantes, de indicar qualquer disponibilidade para

3 Desde 1964 até 1985 as eleições foram indiretas no Brasil. Somente a partir de 1989 é que o presidente da nação passou a ser eleito diretamente pela população.

4 Sobre as análises de Faoro acerca da década de 1980, ver: (Rezende, 2008^a; 2009).

5 O período após a promulgação da Constituição de 1988 é, comumente, denominado de período pós-transição.



superar um padrão de organização social e de domínio enaltecedor de todas as formas de exclusões. Faoro afirmava que se tinha a sensação de que os dirigentes não sabiam o que fazer da história. “Incapazes de esquecê-la, de consumi-la, de superá-la” eles seriam dados a “algumas fixações, que lhe[s] impedem de criar, de construir (...)” (Faoro, 1993a, p.21). Tudo indicava que, quase no limiar do século XXI, os políticos brasileiros não conseguiam ultrapassar uma forma de exercício da representação embasada em todas as formas de tramas “tecidas numa tela de fraude” (Faoro, 1993b, p.17). A recorrência parecia ser a regra das ações e dos procedimentos políticos. Era o eterno retorno de modos de agir oligárquicos e autoritários dando a impressão de que tudo se repetia, num tempo imóvel, mas num ritmo distinto, numa outra cadência. Reiterava ele, então, suas teses de *Os donos do poder*, de que, no Brasil, a viagem é redonda.

A incolumidade do contexto de poder, congelado estruturalmente, não significa que ele impeça a mudança social, quer no acomodamento no campo internacional, quer no desenvolvimento interno. (...). Na particularidade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. (...) As classes servem ao padrão de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los (Faoro, 1989, p.745).

Analisando a movimentação em torno do plebiscito que ocorreu em 21 de abril de 1993, Faoro fazia uma reflexão sobre o sistema representativo vigente no país. Todavia, ele

demonstrava como haviam se formado, ao longo dos séculos, as deformações que eram rearranjadas em cada conjuntura histórica. Um século de República teria ajudado não a dismantlar uma tela tecida de fraudes e tramas, mas pelo contrário, teria contribuído para fortalecer um padrão de domínio que se assentava numa forma de representação substantivamente maculada. Segundo ele, a revisão constitucional, a qual seria feita por deliberação parlamentar, “dependia de uma representação parlamentar que diferia substancialmente” (Faoro, 1993c, p.15)

O que isso queria dizer, exatamente? Que havia, no Congresso Nacional, parlamentares eleitos com um número de voto muito menor que outros. Aqueles representantes de alguns estados menos populosos haviam sido eleitos com uma quantidade de votos muito pequena se fosse comparada com aqueles eleitos de regiões com maior densidade eleitoral. As disparidades eram gritantes, bastava observar que o “pequeno Amapá, com menos de 300 mil habitantes, concorre, na definição da forma e sistema de governo, com 11 congressistas (senadores e deputados). O Rio de Janeiro, com 14 milhões de habitantes, se representa por 49. Um congressista, o do Amapá, vale dez vezes mais do que o outro, o do Rio de Janeiro” (Faoro, 1993c, p.15).

Entender os efeitos perversos desse tipo de representação heterogênea é essencial, já que os mesmos possuem um alcance enorme na definição das dificuldades políticas brasileiras. “Os Estados favorecidos, que além de fraca densidade populacional, têm menor peso econômico, desequilibram a balança do poder, trocando seus votos pela ajuda federal” (Faoro, 1993c, p.15). Este desequilíbrio estava na base de muitas telas tecidas de modo inequivocamente destruidor da possibilidade de mudanças substanciais na política brasileira. Os acordos, os acertos, as tramas que vão se nutrido desse processo de representação falseada maculam não somente o poder Legislativo, mas também a relação deste último com o Executivo. Formam-se muitos interesses em torno dessa heterogeneidade de representação. Interesses esses que nunca são interesses coletivos, públicos, mas sim privados e voltados para a sedimentação de práticas patrimoniais, estamentais e oligárquicas. Por isso, “O patrimonialismo estatal⁶ - entendido como uma

6 Gabriel Cohn afirma que Faoro “busca mostrar como se dá concretamente a politização do aparato administrativo em uma sociedade como a brasileira: como se constitui isto que (...) denominou 'estamento burocrático'. Burocrático porque monopoliza as técnicas da administração da coisa pública, estamento, porque consiste em grupo social particular, com suas regras próprias de recrutamento, seus dispositivos específicos de exclusão, sua peculiar concepção de mundo” (COHN, 1988, p.4).

estrutura de mando e de decisão na qual não há separação entre a esfera pública e a esfera privada - continua, segundo Faoro, de diversas maneiras, vivo e dando as coordenadas básicas para o modo de agir dos dirigentes no século XXI⁷ (Rezende, 2008b, p.37).

As práticas políticas, derivadas dessa forma de representação fundada em muitas disparidades, são estamentais porque tendem tanto a imobilizar as forças sociais que se situam fora do sistema de poder quanto a transformar o poder Legislativo num lócus, por excelência, dos interesses pessoais, o que empurra para longe qualquer possibilidade de emergência de controles populares institucionalizados. Isto eterniza procedimentos que reproduzem anacronismos (personalismo, paternalismo, clientelismo, oligarquismo, populismo) políticos arraigados na cultura e nos procedimentos políticos brasileiros. A representação política fabricada às custas de uma ficção numérica leva a deliberações que favorecem, sempre, as formas de manutenção do poder pessoal.

Raymundo Faoro afirmava que examinando detidamente a forma de representação vigente no país, detectava-se que havia um “cerco ao Sudeste, particularmente contra São Paulo” (Faoro, 1993c, p.15). E esse cerco era uma deliberação para não permitir que as populações urbanizadas arbitrassem, de fato, os resultados eleitorais. Esse medo dos setores preponderantes em relação aos segmentos urbanos tinha história no país. Ou seja, não era nada atual.

O pacote de abril de 1977 selou a deformação federativa mediante dois critérios: o número mínimo de deputados por Estado e o número máximo, por Estado, e para a Câmara dos Deputados. Convém que se note

que a medida ditatorial apenas se alinhou numa visão centralizadora, que já se encontra nos debates da primeira Constituinte republicana. A partir da Constituição de 1934, numa tendência que a Carta de 1946 não cortou, começou a delinear o preconceito contra os Estados populosos. Quem se der ao trabalho de percorrer os anais da Constituinte de 1934 encontrará a explicação crua do fato. Os centralizadores temem o predomínio de 'operários e indústrias', que ponham em risco a estrutura agrária e comercial sobre a qual floresciam o coronelismo e as oligarquias estaduais. Este dado já observável na Constituinte de 1891, com uma corrente que tentou equalizar o número de deputados para todos os Estados, mostra, para o futuro, mais do que previam seus vozeiros. Revela um projeto para o país: um país entregue aos guardas oligárquicos⁸ (Faoro, 1993c, p.15).

No início da década de 1990, Faoro chamava a atenção para a predominância dos procedimentos oligárquicos no país. O fator que ajudava a exacerbar tal modo de agir inscrevia-se numa concepção essencialmente conservadora que se mantinha intacta na política brasileira. E qual seria ela? A de que todas as mudanças deveriam ser engendradas dentro do poder constituído (Faoro, 1989^a, p.31). Isto potencializava o imobilismo social de um lado e as práticas oligárquicas, de outro. O exemplo mais contundente disso teria sido a geração de uma Assembléia Constituinte dentro do Poder constituído. O presidente José Sarney (1985-1990) transformou um congresso constituído em congresso constituinte. E o fez

7 Os escândalos no Congresso nacional no início do ano de 2009 podem ser tomados como provas incontestes de que as práticas patrimonialistas e estamentais continuam vivíssimas e alimentando o padrão de organização social e de domínio político vigente no país. Entre eles, podem- ser citados os seguintes: a)-Diretor-geral do Senado tentando esconder mansão de 5 milhões; b)-Senador utilizando seguranças do Senado para proteger seus bens pessoais; c)-Deputados que pagam empregadas domésticas com verba pública; d)- Senador e deputada que recebem auxílio-moradia tendo casa em Brasília; e)-Deputados que fazem viagens internacionais pagas pela Câmara e que financiam com dinheiro público viagens a parentes e amigos; f)-Deputado (que paga com dinheiro público passagens de avião para namorada e amigos; g)- Viúva que requer e obtém sobra de crédito aéreo de senador falecido; h)- Parentes e amigos como funcionários fantasmas do Senado; i)- Senador que permite que a filha leve para um outro país um celular pago pelo Senado que onera os cofres públicos em 14 mil reais; j)- Impressão de livros para promoção pessoal às custas do erário público; k)- Pagamento de horas extras para 3.883 funcionários do Senado num mês de recesso, l)-Deputado que diz que se considera acima da lei, etc. Sobre tais escândalos, ver: DEPUTADOS querem mais dinheiro por maior transparência 2009; TEMER e GABEIRA também doaram bilhetes a parentes, 2009^a; CAMATA chora no plenário do Senado e pede afastamento do Conselho de Ética, 2009b; DEPUTADOS usam dinheiro da Câmara para família passear, 2009c; VIÚVA de senador converte cota em dinheiro, 2009d; CIRO ataca Ministério Público e deputados, 2009e; METADE dos deputados utilizou cota para financiar viagens com família ao exterior, (2009e).

8 Silvio Romero, no início do século XX, no texto *Nosso maior mal*, perguntava: no que se transformaram as câmaras municipais e as assembleias estaduais? Ele respondia: “Em terríveis ratoeiras para arrancar aos povos os últimos vinténs, enriquecendo por todo o país verdadeiros clãs locais de mandões insaciáveis. As assembleias estaduais são guardas avançadas ao serviço das oligarquias, cujos interesses defendem com a espoliação, muitas vezes, dos haveres das populações e sempre com o seqüestro das liberdades públicas” (Romero, 1910, p.60).



desprezando várias demandas da sociedade civil organizada que reivindicavam uma assembléia constituinte exclusivamente formada para produzir a nova Carta.

Outro exemplo de procedimento eternizador de um método oligárquico de governar, no início da década de 1990, podia ser encontrado na forma como os setores preponderantes empenharam-se, enormemente, para fabricar um presidente da República em 1989. O candidato Collor de Mello era exaltado como a solução milagrosa para o país, o que era feito hostilizando-se e desacreditando-se o processo democrático em frágil construção. O que se passou tanto em 1989 quanto nos anos posteriores demonstrava claramente que a manutenção de práticas oligárquicas interessava a uma parte da sociedade “que gravitava em torno do conservadorismo de seus privilégios, subsídios, imunidades legais e ilegais, concessões e demais riquezas proporcionadas pelo favor do Estado” (Faoro, 1989b, 31).

A manutenção dos procedimentos oligárquicos, no início da década de 1990, podia ser observada ainda nas ações do governo Collor de Mello em relação ao Estado. Partia-se do pressuposto de que tudo estava por se fazer e o governo que naquele momento assumia o leme do Estado poderia fazer tudo, do modo como bem quisesse, sem dever prestar qualquer satisfação para a sociedade, para o Congresso ou para a Constituição recém-promulgada. O plano econômico posto em vigor nas primeiras horas do governo eleito em 1989 era o exemplo mais contundente disso⁹.

As posturas governamentais eram essencialmente oligárquicas e estamentais porque ficava estabelecido que “o presidente não precisava de nenhuma função constitucional, institucional e legal. Ele faz, organiza, manda e desmanda: cria o céu e a terra” (Faoro, 1989c, p.29). E o mais grave eram as dificuldades de tornar públicos os efeitos perversos desse modo de governar que destruía as possibilidades de fortalecimento da democracia e do Estado de direito. O mais interessante é que o governo Collor dizia-se incumbido de remodelar o Estado brasileiro, mas não parecia minimamente interessado em enfraquecer o patrimonialismo bem como as práticas estamentais.

Quem era o estrato social com efetivo comando político (FAORO, 1989, p.742) na estrutura patrimonialista que vigia na década de 1990? Era o grupo no poder que passa a conduzir o país após as eleições diretas de 1989. O patrimonialismo continuava intacto porque a estrutura de mando e a de decisão continuavam a ter como traço mais importante o fato de o conteúdo do Estado conseguir imprimir uma dada fisionomia aos dirigentes. Mesmo havendo uma insistente tentativa, por parte daqueles que chegaram ao poder em 1989, de parecerem empenhados em negar que houvesse em seus propósitos e ações qualquer continuidade da forma de domínio vigente nos anos anteriores, ficava evidente, examinando-se os diversos procedimentos dos que estavam a frente do governo Collor, que permaneciam imutáveis o autoritarismo do Estado e o descaso absoluto para com a sociedade civil. Por isso, o governo Collor não representava a negação e/ou o rompimento com o patrimonialismo vigente há séculos no país, representava sim a sua reformulação e a sua readequação aos novos tempos (Rezende, 2006, p.36-7).

Faoro, no ano de 1993, já no governo Itamar Franco (eleito, em 1989, vice de Collor) chamava a atenção de seus leitores, nos seus artigos semanais nas revistas de circulação nacional em que ele colaborava, para que lançassem um olhar atento para os diversos acontecimentos presentes naquela conjuntura. Isso ajudaria a todos a decifrar as muitas sombras oligárquicas, patrimoniais e estamentais que pairavam sobre os encaminhamentos políticos postos em marcha naquele momento (Faoro, 1993d). Em *As sombras do plebiscito* (1993b) e em *Uma história antiga* (1993e) ele demonstrava que os debates sobre o parlamentarismo e o presidencialismo não enfrentavam algumas questões essenciais, as quais poderiam ser assim sistematizadas: como conseguir dismantelar tanto em um como no outro a insensibilidade para os principais problemas nacionais, o jogo

⁹ Uma das medidas norteadoras do Plano Collor foi o seqüestro dos saldos de contas correntes, de poupanças e de outras aplicações financeiras, os quais foram congelados no Banco Central. O plano criava uma nova moeda - o cruzeiro - a qual iria conviver com o cruzado novo. Faoro afirmava: “o chamado plano agride a Constituição, a que mal se redigiu, fresca ainda a tinta. Frauda-a na medida em que instituiu empréstimo compulsório, injuria-a com a apreensão sem o devido processo legal da propriedade, escandaliza-a quando invade e poda salários. O espírito que anima a legislação dos 'pacotinhos' é o mesmo do período em que o poder Executivo tudo podia e tudo ousava. A presença do Estado de direito, por enquanto mera retórica (...), não atemorizou, não inibiu, não constrangeu os de sempre” (FAORO, 1990, p.31).

em que sempre os mesmos interesses são favorecidos, o predomínio tecnoburocrático que torna possível a manutenção de uma aliança entre as classes dominantes e alguns segmentos encastelados na máquina estatal, as manobras corporativas e patrimonialistas do grupo de poder, o desprezo à Carta Constitucional, o conservadorismo aventureiro que exacerbava o personalismo, a exclusão social e política, a atuação nefasta dos partidos políticos comprometidos quase somente com interesses mesquinhos e privados, nunca com qualquer interesse coletivo e/ou da nação?

As ações políticas voltadas para o atendimento de causas próprias estavam no âmago do processo em curso na década de 1990. As ações dos partidos políticos davam o subsídio fundamental para a manutenção de um padrão de domínio autoritário. Naquele momento, Faoro tecia uma crítica contundente aos partidos que, até então, se alimentavam de expedientes fundados em interesses próprios das classes dirigentes. Mas havia ainda algo mais preocupante nessa relação dos governantes com os partidos políticos, ou seja, muitas vezes o governo recrutava dentro dos partidos aqueles que lhe interessavam por razões das mais variadas que iam desde relações pessoais até interesses escusos. Algumas vezes, ao longo da história do país, as escolhas eram feitas sem consultar os próprios partidos. Havia, naqueles poucos anos após a instauração do pluripartidarismo em 1979, o risco de que a relação entre governantes e partidos permanecesse apegada a essa tradição de partidos subservientes, em razão de interesses de alguns, ao um caciquismo que era estimulado pela própria relação entre partido e governantes.

No entanto, Faoro considerava que essa relação poderia ser transformada nos anos vindouros, ou seja, no decorrer da década de 1990, à medida que fossem formando partidos que não saíssem somente da “cúpula, mas da base da sociedade” (Faoro, 1993e, p.21). Ele tinha uma expectativa razoavelmente positiva em relação aos partidos que emergissem de segmentos não tradicionalmente ligados aos setores preponderantes. A vigência de partidos dessa natureza poderia colocar desafios ao padrão de domínio vigente, uma vez que emergiria uma nova forma de relação entre os governantes e os partidos. Mas não se poderia ter certeza disso; por essa razão ele aconselhava todo cuidado com as novidades que surgiriam desse aparecimento de partidos com bases

distintas. Nada garantiria que eles não fossem também sucumbir a uma mesma lógica de outrora e de sempre. Pela lógica, as regras de lidar com um partido que saísse da base da sociedade deveriam ser distintas do que se havia conhecido até então. Mas isso, somente pela lógica. “Aqui todo cuidado é pouco. Cuidado com a novidade, que é sempre imprevista” (Faoro, 1993e, p.21).

Talvez no início da década de 1990, Faoro estivesse um pouco animado com as possibilidades de mudanças que seriam oriundas da emergência de partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores) na arena política. Numa entrevista no Caderno Mais da *Folha de S. Paulo*, de 14 de maio de 2000, ele fazia uma afirmação não tão entusiástica:

“Sempre achei que o trabalhador devia ter um partido, uma representação. Era necessário à democracia. Não sei se o PT é um partido operário, mas é o que mais se aproximaria. (...) Acho o PT, como idéia, muito interessante. Como realização, eu não tenho a menor simpatia. O Lula se tornou simplificador dos problemas, o que não é bom. Convidou-me para vice-presidente da República, do que não há hipótese” (Faoro, 2000, p.12).

Faoro diz algo que deve ser destacado: o embate político que tem de ser travado, no país, para redefinir a prática política, em geral, e os procedimentos no âmbito do Estado e do governo, em particular, não deve estar pautado em qualquer simplificação dos problemas com os quais a nação tinha de se debater nos anos vindouros. Toda simplificação era um desserviço para o país. Para ele, que havia dedicado a vida toda para demonstrar quão complexos eram os vícios e os arcaísmos presentes no Brasil, era inadmissível qualquer simplificação. Os desafios que surgiriam no final do século XX e no limiar do século XXI eram imensos, pois a nação não havia ainda resolvido nenhum de seus impasses (exclusão política, exclusão social, desigualdade, pobreza, representatividade política capenga, partidos fragilíssimos, sociedade civil pouco organizada, espaço público quase inexistente, etc.) que percorriam sua história e ainda se depararia com novos desafios tanto internos quanto externos.

Alguns acontecimentos postos em marcha em 1993 davam uma boa dimensão desses desafios.



Discutindo o fim do governo Collor (1990-1992) e a ascensão do governo Itamar Franco (1992-1994), Faoro dizia que nos primeiros meses daquele ano as coisas pareciam dúbias. Mas em que sentido? No da dificuldade de o governo deixar claro qual caminho seguiria. Seria o da trilha neoliberal propalada por seu antecessor ou seria a do paternalismo. Ou haveria uma combinação dessas duas trilhas?

“Depois de desenhado o perfil da direção político-social do país, só então, poder-se-á prever qual o rumo que se vai o que se pretende seguir. Esse será o tempo em que se vai ver se saímos da trilha neoliberal, em favor de um curso paternalista, agora como rota capaz de durar até o termo do mandato presidencial. Antes de mais nada, que vem a ser paternalismo? (...) [Conforme diz Sérgio Buarque de Holanda] é o uso de leis ou medidas públicas que, restringindo a liberdade dos indivíduos, cuidam de protegê-los” (Faoro, 1993f, p.21).

Faoro alertava que tomados em sua forma exata o liberalismo e o paternalismo se excluem. Isto porque este último parte do pressuposto de que os indivíduos não são capazes de acertos quando tomam as suas decisões, daí a necessidade de restringir-lhes a liberdade e, em seguida, protegê-los e tutelá-los. Aquele primeiro “embora nem todos [os liberais] e nem sempre em todas as circunstâncias” (Faoro, 1993f, p.21) - vai sustentar que os indivíduos é que devem ser os juízes de suas decisões, assim o Estado não tem de intervir em suas escolhas, sejam elas de qualquer natureza. Em *Os liberalismos*, texto publicado em *Existe um pensamento político brasileiro? (1994)*, Faoro já havia demonstrado o quão complexa foi a aplicação dos princípios liberais no país, pois teria ocorrido, desde o século XIX, uma contemporização entre condições (liberalismo e escravidão, por exemplo) que deveriam se excluir inteiramente. Conservavam-se antigos procedimentos, mas davam-se um verniz supostamente liberal. No Brasil, a tentativa de incorporação do liberalismo não significou

superação do passado, mas sim transação, conciliação¹⁰. Portanto, não era estranho que os governantes abraçassem um suposto neoliberalismo mantendo intocadas as práticas tutelares, populistas, personalistas e clientelistas.

Por que os planos econômicos revelavam a substancialidade de modos de governar oligárquicos e autoritários?

No Brasil, o neoliberalismo, no início da década de 1990, havia sido “vendido como liberalismo social” (Faoro, 1993f, p.21) pelo governo Collor de Mello. Mas, de fato, ele tinha que substância? A de “liquidação do Estado”. Tal processo, no entanto, não rompia com “a política de laboratório [posta em andamento pelo regime militar], que usava e abusava das alavancas estatais, regulamentando tudo, tudo alterando em golpes bruscos” (Faoro, 1993f, p.21). Por isso, “economicamente, 1989 consolidava 1964. E politicamente 1989 modernizava 1964, com um instrumento tirado de dentro do sistema, disciplinado pelo sistema, apoiado pelos financiadores que se fizeram dentro do sistema e apoiado pelos agentes que manipulam a opinião” (Faoro, 1990, p.4).

O autor de *Os donos do poder* considerava que os planos econômicos, todos desastrosos, colocados em marcha a partir de 1979 refletiam o espírito dos pacotações em que os tecnocratas tudo podiam e tudo faziam sem qualquer consideração pela sociedade em geral¹¹. Isso continuava em vigor na década de 1990. Mas enquanto os tecnoburocratas da ditadura estabeleciam suas medidas econômicas em nome de uma necessária regulamentação estatal, o governo Collor havia apresentado seu pacote econômico em nome do neoliberalismo. Todavia, na sua essência tais medidas guardavam em comum algo essencial: eram todas elas fruto de uma prática política ultra-autoritária.

Em *O plano e o poder decisório* (1993g), Faoro afirmava que era necessário examinar historicamente como “a política de modernização social”¹² havia gerado muitos planos econômicos que tinham como viga mestra de seus pressupostos o pensamento

¹⁰ Faoro faz uma discussão sobre o debate, produzido desde o século XIX, acerca do desvirtuamento do liberalismo no Brasil (Faoro, 1994a).

¹¹ Observe-se que Faoro não se atinha às disputas entre as Escolas econômicas que lutavam, naquele momento, para comandar as medidas postas em andamento pelos diversos planos econômicos colocados em marcha nas décadas de 1980 e 1990. Sobre isto ver: (Moran e Witte, 1993).

¹² “Modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro - ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas” (Faoro, 1994b, p.99).

tecnocrático. “O processo de decisão política, segundo esse esquema, está nas mãos de quem sabe: a ação racional, fora do tumulto das urnas e do comício, resulta de uma opção final, a opção científica e técnica” (Faoro, 1993g, p.26).

Se, ao longo da história do país, as orientações das denominadas modernizações haviam sido dadas pelo tecnocratismo, isso não significava, no entanto, que tinha havido, no país, somente um tipo de tecnocracia¹³. Esta teria sido diversa e teria apresentado características distintas ao longo da história. Ao longo do período que vai de 1930 a 1980, ou seja, durante 50 anos, esta mudou de feição algumas vezes. Teve-se, durante o varguismo, uma tecnocracia pragmática e flexível, enquanto que no pós-64, ela assumiu sua feição mais autoritária, mais inflexível, mais sisuda, uma vez que estava ela ancorada no estamento militar que controlava o país de forma ditatorial. “Em qualquer uma das duas modalidades - a pragmática e a autoritária - o político, ainda que chefe do governo, limitava-se a validar e implementar decisões tomadas sob sua autoridade, e, no caso de Vargas, sob sua inspiração” (Faoro, 1993g, p.26).

Quando é realizada uma análise detalhada dos diversos planos econômicos postos em vigor em 1986 (Plano Cruzado, Cruzadinho, Plano Cruzado II)¹⁴, em 1987 (Plano Bresser)¹⁵, em 1988 (Plano verão)¹⁶ e em 1990 (Plano Collor I)¹⁷ ficava evidente, segundo Faoro, que havia muitas modalidades de tecnocratas que se diferenciavam em vista das muitas disputas políticas em torno da forma de controle do Estado, da verba pública, da inflação, etc. Todavia, o que havia ficado claro no decorrer daqueles muitos planos é que todos, alegando razões inconfessáveis, eram gerados num silêncio conspiratório e extremamente autoritário.

“De uns tempos para cá, desde 1979, para situarmos as coisas no tempo

certo, adotou-se o sistema de planos - os 11 planos que vão de Delfim a Marcílio. Nessa fase, ora mais, ora menos, contava-se com a necessidade de levar em conta os políticos, ainda que com gestos meramente simbólicos. Este abrandamento do modelo tecnoautoritário provocou, temente de um poder que era preciso anular, o fato consumado. O Plano se instalava, precedido de um silêncio conspiratório, sem que se pudesse invalidá-lo, salvo ao preço de uma convulsão econômica (Exemplo: Plano Collor I)” (Faoro, 1993g, p.26).

Um dado ressaltado por Faoro era de que havia uma diferença essencialmente importante quando se analisavam os planos econômicos postos em marcha a partir de 1993. Eles não eram simplesmente elaborados na calada da noite pelos tecnocratas. Eles tinham de ser discutidos com os políticos acerca dos conteúdos e medidas. Durante a vigência do regime militar, prevalecia a decisão daqueles que constituíam o grupo de poder. Os políticos eram somente informados de que tais e tais medidas seriam implantadas. As medidas anunciadas não deviam ser questionadas.

Todavia, após 1985, levando-se em conta os planos de 1986, 1988 e 1990, os pacotes econômicos mantinham-se firmemente alinhados à mesma lógica autoritária de uma supremacia absoluta dos fatores dos planos. E isso tinha a ver, principalmente, com o fato de que, no início da década de 1990, assistia-se a uma enorme dificuldade de ação política do Legislativo como poder institucionalizado (Rezende, 2006). Este último tinha seu poder subtraído dia a dia pelo modo de atuação do Executivo. “Como poder, na Câmara dos Deputados e no Senado federal, no uso de suas

13 Em *O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade* (Rezende, 2006b) foi feita uma análise das reflexões de Faoro acerca das modernizações postas em curso no país.

14 O Plano Cruzado, decretado em fevereiro de 1986, estabeleceu o congelamento de preços, salários, aluguéis e taxas de câmbio. Ainda em 1986 foram lançados o Cruzadinho, em julho, e o Plano Cruzado II, em novembro. O Cruzadinho tinha como medidas principais “a criação de uma nova caderneta de poupança, cujos rendimentos seriam fixados livremente pelas instituições financeiras, criação de empréstimos compulsórios sobre veículos e combustíveis, aumento do IRF, proibição da criação de novas empresas de consórcio” (Moran e Witte, 1993, p.131), etc. O plano Cruzado II, lançado pelos ministros Dilson Funaro (Fazenda), João sayad (Planejamento) e A. Pazzianotto (Trabalho) tinha como “principais medidas adotadas: aumento de 60% da gasolina e do álcool, aumento de 80% nos preços dos automóveis, aumento de 25% no açúcar e aumento das tarifas públicas” (Moran e Witte, 1993, p.133)

15 O Plano Bresser, elaborado pelo ministro Luis Carlos Bresser Pereira, congelava preços e salários por 90 dias. “Após esta primeira fase de congelamento o plano previa uma fase de flexibilização, de preços com reajustes mensais de preços e salários, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios herdados da fase anterior” (Moran e Witte, 1993, p.134).

16 “Anunciado a 15 de janeiro de 1989, foi o terceiro choque econômico e a segunda reforma monetária do governo Sarney. Elaborado sob a supervisão dos ministros Mailson da Nóbrega, João batista de Abreu, Dorothea Werneck, Ronaldo Costa Couto, o Plano Verão teve a mesma concepção dos pacotes antiinflacionários aplicados anteriormente no Brasil e em outros países, diferenciando destes apenas na extinção da correção monetária. (...) O plano Verão adotou entre outras providências: congelamento de preços, serviços e tarifas públicas por tempo indeterminado, não sem antes realinhar os preços dos combustíveis e da energia elétrica” (Moran e Witte, 1993, p.135).

17 Sobre o Plano Collor I, veja nota 3.



atribuições e da confiança do eleitor, que fez ou que faz ele [o Legislativo] para evitar o agravo, o abuso, o desprezo à lei? Quantas medidas provisórias rejeitou por inconstitucionalidade? Quantas leis revogou pelo mesmo motivo?”(FAORO, 1991, p.17).

A operação de fortalecimento da personificação do Presidente Collor havia contribuído para a fragilização do poder do Legislativo. No entanto, isso não estava mais em curso no ano de 1993. Não havia essa personalização do presidente Itamar Franco. Faoro parecia ter expectativa positiva de que os políticos brasileiros retomariam, a partir daquele momento, as suas funções legislativas. Em alguns momentos, Faoro passa a impressão de que os políticos vinham exercendo, desde 1964, uma atividade fictícia. Isso poderia valer para uma parte dos políticos, mas não para todos, já que muitos deles foram partícipes no processo de sustentação do autoritarismo ditatorial e pós-ditatorial. Os auxiliares diretos do grupo de poder (congressistas e governadores) não exerciam atividade de faz-de-conta, visto que suas ações eram sustentadoras de um dado padrão de domínio em andamento. Discorda-se, então, da seguinte afirmação de Faoro: “Nos períodos imediatamente anteriores, o político, nos tempos tecnoautoritários, era um enfeite retórico. Depois, de 1979, ele era um risco a anular ou a evitar, nada mais” (Faoro, 1993g, p.26).

Os políticos tanto não eram um enfeite no regime militar, quanto não eram somente um risco a evitar na Nova República. Muitos congressistas e governadores, principalmente aqueles que pertenciam ao partido de sustentação da ditadura foram exímios funcionários do regime, por isso, eles não podem ser considerados, de modo algum, como enfeites retóricos. As análises de Faoro do período Sarney (1985-1990) demonstraram como se deram as articulações do governo com uma parte dos congressistas para dar prosseguimento a uma política oligárquica e mantenedora de privilégios. Assim, uma parte expressiva dos políticos não era somente um risco a evitar, mas sim um grupo com os quais era possível construir ações que favoreciam uma dada lógica de poder e de domínio.

No ano de 1990, mediante o desatino do governo Collor expresso no seu plano econômico decretado nas primeiras horas de governo não se pode dizer que todos os políticos se colocaram contra tal disparate. Faoro demonstrou em seus artigos do ano de 1990 que os elogios ao Plano Collor vinham dos velhos clientes do Estado. Os que (principalmente os políticos) se ajeitavam sempre a qualquer governo mostravam-se satisfeitos com os caminhos tomados naquele momento.

Os defensores das medidas do Plano Collor I “só estavam preocupados com a discussão em torno da possível eficiência das medidas postas em práticas. A legalidade constitucional era inteiramente desprezada tanto pelo governo quanto pelos clientes do Estado brasileiro, os quais desde 1964 defendiam essencialmente a busca da eficácia tecnocrática. A edição de medidas provisórias que limitavam as atividades do Judiciário e as do Legislativo não parecia ser, a esses setores acostumados às decisões estamentais, qualquer problema. Os clientes do Estado, os que mais elogiavam o plano, não viam com maus olhos o fato da burocrata-maior (a ministra da economia Zélia Cardoso de Melo) enfeixar em suas mãos o poder absoluto de regulação da moeda¹⁸. Faoro destacava que esse modo de agir devia-se ao fato de prevalecer, na sociedade brasileira, o arbítrio absoluto do burocrata¹⁹. Por isso, 'o plano (era), na verdade, filho de outra idade, que seu policialismo denuncia(va), na regressão selvagem, onde se usa(va)m todos os meios e todos fins' (FAORO, 1990, p.31)” (Rezende, 2006^a, p.110-1).

Assim como as medidas econômicas postas em andamento durante o regime militar, o Plano Collor I não tinha qualquer propósito de distribuir renda. Através de “uma operação estatal, dirigida e executada” por alguns tecnocratas, tinha-se, mais uma vez na história do país, a manutenção de um capitalismo

¹⁸ A arrogância dos auxiliares de Collor de Mello revelava muito mais do padrão de domínio vigente no país do que se imaginava, dizia Raymundo Faoro. “A política, para que se funde na responsabilidade, exige que haja a participação e representatividade. Uma nomeação ou um posto de governo não incorpora ninguém ao poder, salvo na condição de satélite. Estar na política, para homens e mulheres, exige luz própria, isto é, representar, com base na confiança popular, uma parcela da população. O assessor político não está na política, ele serve aos políticos (FAORO, 1990a, p. 39).

¹⁹ “Faoro esclarecia que 'burocratas são, na verdade, os parlamentares, os juizes, os governantes' (FAORO, 1990b, p.21) e os demais administradores públicos em geral” (Rezende, 2006b, p.111).

exacerbadamente dependente do Estado. Todos os segmentos, já acostumados às benesses deste último, aplaudiram e/ou se calam diante dos desatinos de um plano que

“Confiscou a propriedade sem o devido processo legal, instituiu-se, pela via oblíqua da ilegalidade, um gigantesco empréstimo compulsório, tributou-se o que não podia ser tributado pela forma e no tempo escolhido, na marra, autoritariamente. O primeiro abalo se deu no plano institucional. O Poder Legislativo e o poder Judiciário, este, menos e gravemente, nas instâncias inferiores do que aquele, se calam, imóveis, cúmplices, arredios e cabisbaixos. Em seguida, a inconstitucionalidade arrombou a porta de todos” (FAORO, 1990^c, p.25).

Havia, segundo Faoro, uma conjuntura política um pouco diferente no ano de 1993. Era possível ter a expectativa de que a imobilidade política dos congressistas não era tão alarmante quanto foi durante os dois primeiros anos da década de 1990. Ele afirmava que, naquele momento, tinha-se indicação de que os congressistas poderiam ir construindo meios e instrumentos de decisão. Assim poderiam eles rejeitar propostas e oferecer alternativas. Todavia, o exame mais rigoroso da realidade política brasileira indicava que os políticos teriam grandes dificuldades de tomar decisões capazes não só de rejeitar propostas que iam contra os interesses nacionais quanto de propor alternativas mais condizentes com os interesses democráticos do país.

“Não se trata, ao contrário do que se diz a todo momento, da capacidade subjetiva de decidir, que depende da sensibilidade e da sabedoria. O que está em causa é algo que pode arquivar a tecnocracia, com seu voluntarismo pirotécnico, ou se a ela, por paralisia voltar. Em palavras mais diretas: tem o político recursos para articular uma estratégia econômica e social, relegando o técnico à sua função de auxiliar e conselheiro, ou indigente de poder, querera ser, como outrora, como há muito tempo, uma flor na botoeira dos que mandam e que pensam que são os que sabem?” (Faoro, 1993g, p.26).

Raymundo Faoro insistia que o país somente alcançaria mudanças substantivas se os políticos fossem capazes de produzir estratégias econômicas e sociais viáveis para o país. Somente assim, não ficaria a nação a mercê de alguns membros do Executivo que, na calada da noite, elaboravam e, no raiar do dia, impunham os mais estapafúrdios pacotes de medidas visivelmente destrutivas e inúteis para aliviar os problemas que acometiam uma parte expressiva da nação brasileira. “Os 11, 12 ou mais planos econômicos que por aqui desfilaram não teriam sido espetáculos de caçadas, algumas violentas, mas todas inúteis?” (Faoro, 1993h, p.13). Faoro considerava, em 1993, que estava no horizonte a possibilidade de que outro plano fosse desfechado nos próximos meses. Tudo indicava que o próximo plano seria apresentado para a população como um verdadeiro milagre capaz de “fazer esquecer o triste cotidiano” (Faoro, 1993i, p.23). A questão era saber quantas luas durariam os efeitos desse suposto milagre que estava a caminho. Faoro estava se referindo ao Plano Real que fora implementado em 1994, o qual, dizia ele em 1998, havia malogrado, mas esse malogro tinha permanecido encoberto, disfarçado. O disfarce do fracasso teria sido o maior sucesso do plano em questão (Faoro, 1998, p.40).

1993: A movimentação política em torno da reforma constitucional, da governabilidade e das eleições presidenciais de 1994

Em 1988, conheceram-se, segundo Faoro, as conseqüências da não-convocação de uma Constituinte exclusiva (Faoro, 1993d, p.20). Na verdade, a transformação de um congresso constituído em congresso constituinte refletia a disposição em manter intacto, nos anos seguintes, o oligarquismo. Faoro afirmava que esta disponibilidade transparecia em todos os passos da revisão constitucional. A consulta popular acerca do sistema de governo, da qual o resultado seria incorporado à nova Carta de 1988, gerava a expectativa, nos congressistas, de que, caso fosse aprovado o parlamentarismo, este seria enquadrado, rapidamente, nos moldes oligárquicos. Com uma “insensibilidade forrada de malícia” (Faoro, 1993d, p.20), os políticos brasileiros pareciam muito à vontade com qualquer resultado que viesse a ocorrer no plebiscito de 21 de abril de 1993.

Os eleitores teriam de dar uma resposta seca, ou seja, sim ou não para duas perguntas extremamente abertas sobre a forma e o sistema de



governo. Uma vez que tais respostas não tinham como precisar o tipo de Monarquia, o tipo de parlamentarismo, etc., os congressistas estavam recebendo um “cheque em branco” que completariam como bem entendessem. Era inimaginável que este papel em branco seria preenchido de modo a fortalecer a democracia. Tudo indicava que as ações tendiam a ir rumo ao ajustamento da decisão popular ao padrão de domínio político autoritário ainda não desmontado no país.

Em *Governabilidade à brasileira*, Faoro chamava a atenção para a necessidade de esmiuçar os meandros da vida política nacional para compreender o quanto o padrão de domínio autoritário estava ainda se reproduzindo cotidianamente nas ações dos segmentos preponderantes. Isso era visível não somente no modo pelo qual os congressistas vislumbravam conduzir os resultados do plebiscito de abril de 1993, mas o era também no modo como a tese da governabilidade adentrou a vida política de maneira totalmente modelada pelas práticas autoritárias que passavam a ser justificadas em nome de um necessário apoio às ações visivelmente antidemocráticas. Uma vez que nas ciências sociais passou-se a se referir como não-governabilidade aquelas situações, identificadas como “crises de governo e eventual crise de legitimidade” (Faoro, 1993j, p.25), no mundo político brasileiro se incorporou em parte essa noção. Houve, também, em parte, a adaptação da noção de governabilidade aos interesses escusos daqueles que comandam o padrão de domínio vigente no país.

Em muitos momentos, os procedimentos mais disparatados e autoritários eram justificados em nome de uma suposta governabilidade. Uma definição, bem brasileira desta última, havia adentrado o universo político e estava sendo utilizada como o remédio para todas as dificuldades geradas pelos embates e pelas alianças políticas postas em andamento. Assim como no Brasil, tinha havido uma adaptação da noção de liberalismo às práticas autoritárias, estava havendo também uma adaptação da noção de governabilidade a essas mesmas práticas. Por isso que, no cotidiano da vida política, tudo que era feito era justificado em nome de viabilidade do país. Os “vivedores da política”, para utilizar um termo de Manoel Bomfim (1931), afirmavam que se as alianças - mesmo aquelas mais absurdas e que sacrificavam os princípios democráticos mais

elementares - não fossem feitas, o país entraria em colapso. Vigorava esse tipo de entendimento, entre os segmentos dirigentes, desde o fim do regime militar.

“Desde os tempos de Sarney, nos maus momentos que ocuparam quase todo seu governo, passando por Collor, com a chancela parlamentar das loucuras da equipe econômica, até os dias atuais, a governabilidade tomou um significado brasileiro, politicamente brasileiro. Desde 1984, não se diz mais que se está apoiando o governo, ainda que com o sacrifício e os encargos de nele participar, mas o político diz que está a serviço da governabilidade. Se retirarmos o apoio ao governo, grita o deputado, murmura o senador e segreda o ministro, a casa cai, levando, na queda, o regime. É preciso, como consequência necessária, escorar o presidente, até sua morte. O enfermo deve ser mantido vivo, ainda que às custas de instrumentos que mascarem, nas batidas cardíacas, a vida” (Faoro, 1993j, p.25).

Havia algo que o exame da vida política brasileira, naquele momento, realmente punha às claras: a adaptação do oligarquismo, do autoritarismo aos novos tempos. Agora, em nome da governabilidade se sustentavam inúmeras ações que eram justificadas em nome de um fatalismo. Se as coisas não se processarem dessa maneira, ou seja, sobre essas bases, o país estaria perdido. Todos estariam condenados ao fracasso da transição e das instituições que se erguiam das cinzas ditatoriais. Como já alertava Karl Mannheim (1986), todo fatalismo é essencialmente conservador²⁰. Quase sempre os fatalistas possuem interesses a preservar, a manter dentro de uma dada lógica de poder. Ao dizer: ou apoiamos o governo, mesmo sendo este perpetuador de medidas que afrontam o estado de direito e a democracia, ou perecemos todos, os políticos se declaravam empenhados a tudo fazer em nome de uma suposta governabilidade. Segundo Faoro, o efeito mais perverso disso tudo era, sem dúvida, a exaltação e a ascensão de atitudes e indivíduos que estavam “dispostos a todos os oportunistas” (Faoro, 1993j, p.25) imagináveis e inimagináveis.

20 “O conservadorismo, com sua simpatia pelo princípio de *quieta non movere*, (...) simplesmente encarando o real como algo que existe; (...) resulta numa tendência ao fatalismo” (Mannheim, 1986, p.121).

A conseqüência mais nefasta da denominada tese da governabilidade à brasileira era, exatamente, a redenção daquelas práticas mais escusas na política do país. Como tudo deve ser feito, diziam os dirigentes, para sustentar governos e grupos políticos, passava-se a legitimar justamente aquelas ações que o processo de democratização deveria eliminar. Não somente a eliminação não acontece, como ocorre a justificação de alianças e procedimentos abomináveis para a democracia. Em nome da governabilidade legitimava-se, inteiramente, o oportunismo e todas as demais mazelas do autoritarismo e do oligarquismo presentes como uma nódoa no processo político brasileiro.

A tese da governabilidade à brasileira, defendida pelos políticos mais ignaros, estava ganhando uma substancialidade de peso quando aqueles políticos mais refinados - Faoro se referia principalmente a Fernando Henrique Cardoso - combinavam essa tese com uma outra, ou seja, a de "que a política não se guia pela ética das intenções ou das convicções", mas sim pela ética da responsabilidade. (Faoro, 1993j, p.25). A junção dessas duas teses servia como uma luva para a manutenção de todos os tipos de oportunismos e bandalheiras na política nacional. Ser responsável na política era garantir, por todos os meios possíveis, os pactos, as alianças e os acordos que fossem capazes de dar sustentação a alguns grupos e seus projetos de poder. Questionar isso era questionar a governabilidade. Era, portanto, pôr em risco as instituições. A junção dessas duas teses (a da governabilidade e a da responsabilidade) só não punha em risco o oligarquismo e as dificuldades da democracia.

O padrão de domínio autoritário era reproduzido também no embate político que girava em torno da revisão constitucional que teria de ocorrer em 1993. Tudo parecia obscuro. Não ficavam claros quais seriam os passos que dariam os congressistas para cumprir a determinação contida na Constituição brasileira, de 1988, de que a revisão seria realizada em 5 anos. "O campo estava [naquele momento] semeado de dúvidas, incertezas, pilantragens intelectuais, perplexidades, enigmas. Não há, sabe-se com certeza, nada previsível e nada calculável, nessa charada constituinte" (Faoro, 1993l, p.25).

Uma parte expressiva dos congressistas aproveitava, então, esse quadro sombrio para todo tipo de articulações que fortalecessem os seus interesses privados, pessoais. Todas as brechas eram sempre aproveitadas, da melhor

maneira possível, para dar substancialidade ao projeto oligárquico que teimava em permanecer forte no país.

Não era por acaso que quase todos os segmentos sociais pareciam temer a revisão constitucional. Todos pareciam preocupados com os resultados que seriam produzidos por aquele processo revisor. E uma das razões principais era a desconfiança, justificadíssima, de que alguns direitos sociais que haviam sido incorporados à Carta fossem afetados. Todavia, não somente os setores populares apresentavam os seus temores. Outros segmentos também deixavam evidente o pavor de que a revisão os prejudicasse de alguma maneira. A indisponibilidade para aceitar as conquistas sociais que haviam sido incorporadas à Constituição de 1988 transparecia com muita força no ano em que a revisão teria de ocorrer. E o que temiam, de modo geral, os diversos grupos sociais?

"Os operários temem [a revisão], desconfiados que se toque nos direitos sociais. Os empresários a temem, preocupados com a desmontagem de suas imunidades tributárias e de sua participação na produção da vaca leiteira, ameaçada de socorrer, com seu leite, o salário, a vítima constitucionalizada da estagnação econômica. Temem-se os Estados e os municípios, amedrontados de perderem as mal-empregadas transferências. A própria União a teme, que não dorme com a perspectiva de perder mais do que perdeu na partilha tributária de 1988, que quase a imobilizou" (Faoro, 1993l, p.25).

Motivos e razões para temores não faltavam, de modo algum. No entanto, eles expressavam a essencialidade das disputas políticas da sociedade brasileira, na qual a luta por direitos esbarrou sempre na falta de qualquer projeto de nação por parte dos dirigentes e dos dominantes. A luta por direitos sociais era expressão de uma luta em favor de objetivos coletivos. Os temores de que a revisão fragilizasse as conquistas da nova Carta não eram somente fruto de mentes alucinadas por pânicos injustificáveis. A história do país estava repleta de dificuldades de efetivação de direitos. A truculência com que a luta por esses direitos foi tratada ao longo do século XX dava razão de sobra para a preocupação oriunda dos segmentos populares.



Os temores dos empresários inscreviam-se, também, num longo processo histórico que havia definido um capitalismo orientado pelo Estado. A perspectiva de que o Estado não fosse capaz de manter para eles, no mesmo nível, os subsídios, isenções, socorros, financiamentos a custos baixos, etc. os aterrorizava. Havia o temor de que a dependência do Estado fosse prejudicada com a possibilidade de que a riqueza social fosse mais bem distribuída entre aqueles setores que haviam tido seus direitos sociais garantidos na Carta de 1888.

Os temores de municípios, estados e União em torno da revisão constitucional, no que tange ao sistema tributário, inscreviam-se também na história de um embate político de longa data no país²¹. As discussões em torno da descentralização tributária revelavam “um duelo político, mascarado por muitas fantasias e vozes” (Faoro, 1988a, p.27). Segundo Faoro, este embate político só poderia ser compreendido através de uma análise histórica que fosse capaz de elucidar que ele se encontrava no âmago de um padrão de organização social e de domínio político excludente que prevalecia no país.

Na Constituinte republicana, na década de 90 do século passado, que desenhou, pelo menos na letra, o modelo federativo, estão as bases da equação que ainda hoje ferve. Revela-se pela primeira vez, dentro do desenho federalista, o conflito entre os pequenos e os grandes Estados, com a perspectiva de que os últimos se tornassem hegemônicos, dominando a República. Os pequenos Estados, Norte, Nordeste e Oeste, procuram, para apropriar-se das rendas nacionais, fortalecer a União, em bases pactuadas, não mais pela via do centralismo do Império. Contra os estados grandes - São Paulo e Minas, com a aspiração de *tertio gaudens* da Bahia e Rio Grande do Sul - articula-se um governo poderoso. O projeto obedece a muitas etapas: a tentativa de representação partidária, falsificando o sistema representativo, na Câmara dos Deputados. Uma partilha de rendas capaz de engrandecer a União. Outro passo: uma burocracia nacional numerosa e influente, com funcionários civis e militares dependentes da União (FAORO, 1988a, p.27).

Observe-se que muitas questões eram permeadas dos temores que se escondiam atrás do embate acerca do sistema tributário que passou a prevalecer desde 1988, no qual “os municípios brasileiros passaram a deter 22,7% dos recursos disponíveis, sendo essa participação de apenas 15% no período de 1964-1988” (Rezende, 1998, p.100). Isso posto, ficava, então, evidente que os temores da revisão eram de diversas naturezas, mas todos eles convergiam para um ponto-chave: como modificar e/ou manter uma organização social e política oligárquica e excludente que havia se petrificado no país. É por isso que Faoro afirmava que havia o temor condensador de todos os medos: “o medo do Congresso de sofrer uma irreversível pressão para desprivilegiar a representação nacional, ferindo sua tutela oligárquica. Com medos e temores, tudo pode acontecer, menos o que deveria acontecer” (Faoro, 1993l, p.25), ou seja, a superação desse modelo oligárquico, empecilho maior para a sedimentação de práticas e procedimentos democráticos no país.

As dificuldades eram muitas no campo da revisão constitucional. Entre elas estava uma de grande envergadura: o fato de a sociedade civil não ter traçado, no decorrer de 1993, caminhos e estratégias para enfrentar aquele processo. Todavia, enquanto a sociedade civil não havia discutido que tipo de revisão defenderia, os estamentos dirigentes se armavam para obter todas as vantagens possíveis a partir daquele acontecimento. Este era um dilema que se perpetuava na política brasileira, dizia Faoro. Isto é, a sociedade civil estava desnorteada em relação às demandas que deveria pôr na agenda de mudanças e reformas, enquanto isso os segmentos dirigentes articulavam sempre a manutenção do *status quo*.

A sociedade civil ainda não traçou uma estratégia para o magno acontecimento. Nem sequer definiu que tipo de revisão haverá; se integral, sem reservas, se limitada aos temas constitucionais reformáveis por emenda ou, finalmente, se não mais se justifica (...). Mas, no alto, forças que têm o controle das instituições - o estamento que tudo decide e tudo comanda - estão articulando seu esquema de ação num silêncio que deixa, nos gestos, perceber intenções e desígnios. Enquanto, fora

21 Sobre o embate no processo constituinte de 1987/1988 acerca da reformulação tributária, ver: (Rezende, 1998).

da órbita estatal, se discute a temática da revisão, o território superior, que não é a elite, mas o filtro que alimenta e mata as elites, já se movimenta para outro rumo. A questão, na sua perspectiva, não é o que mudar, mas quem vai dirigir a mudança. Depois dessa prévia definição, serão fixadas as bases da revisão. Estas decorrem, fluem e emana das camadas que fará a mudança, não como seria o previsível, o contrário. O contrário, no caso, e o que seria normal numa democracia é que as forças sociais majoritárias definam e delimitem o conteúdo da revisão constitucional (Faoro, 1993m, p.25).

De modo astuto, o estamento dirigente empenhava-se primeiro em definir quem dirigiria as mudanças. Isso era sem dúvida mais importante do que aquilo que seria mudado. Tendo nas mãos o controle da revisão, tudo o que fosse colocado em pauta seria enquadrado nos moldes desejados pelos condutores daquele processo revisional. Para que se perder num debate democrático infundável sobre o que deveria ser modificado, se o mais importante, para *Os donos do poder*, era ir tecendo, na calada da noite, os fios que levariam qualquer mudança para o caminho desejado pelos mantenedores do padrão de domínio sedimentado há anos, no país? Manoel Bomfim (1968-1932), em *O Brasil Nação* (1931) afirmava que este modo dos setores preponderantes operarem nos processos de mudança havia levado o Brasil a uma estagnação política que se perpetuou ao longo dos séculos. Ou seja, mediante a impossibilidade de evitar transformações e/ou reformas, os segmentos dirigentes e dominantes colocam-se na cauda da mudança, não para impulsioná-la, mas sim para freá-la (Bomfim, 1931).

Faoro demonstrava que os setores preponderantes haviam aprendido muito, no que tange ao processo de controle da mudança, com o processo constituinte de 1987/1988. Aqueles segmentos desgastados pelos anos de mando e desmandos do período ditatorial tentavam manter-se dando as cartas na condução da vida política nacional na década de 1990. Durante a feitura da nova Carta aquilo a que se assistia era, por um lado, a incapacidade de os partidos políticos comandarem o processo constituinte e, por outro, um presidente “fraco que só queria ampliar o seu mandato” (Faoro, 1993m, p.25). E como os frutos políticos deste

período constituinte ainda estavam presentes no ano (1993) da revisão constitucional? Da pior maneira possível, ou seja, através de um vácuo de lideranças que levava, como sempre, a exaltar, junto ao processo decisório, as forças mais arcaicas da política nacional.

“Também agora, como [antes], a liderança da revisão não virá do chefe do governo, cuja voz é inaudível para a nação e a classe política. Também não virá dos partidos políticos, que, quando contam numericamente, são diversas facções dentro de uma legenda, nunca partidos políticos. Este vácuo de liderança é que chama de volta as forças tradicionais e tradicionalíssimas de nossa política” (Faoro, 1993m, p.25).

Considerações finais: o padrão de domínio autoritário e a eleições presidenciais de 1994

O padrão de domínio autoritário era reproduzindo ainda na forma como os políticos brasileiros conduziam o embate cotidiano acerca das eleições presidenciais de 1994. A pressa com que as forças políticas pareciam ter em iniciar, já no primeiro semestre de 1993, o debate sucessório demonstrava a agonia do governo em vigor. Apontava ainda para uma dificuldade enorme deste último em indicar o momento desejável para que a sucessão fosse desencadeada. Somente uma chefia de governo com capacidade de liderança, de fato, consegue ditar o ritmo da sucessão. Quando ocorre de modo diferente, “a sucessão o domina, o estrangula e o dilacera” (Faoro, 1993n, p.19).

A primeira vista, dizia Faoro, tinha-se a impressão de que o primeiro governo eleito diretamente depois de anos de eleições indiretas havia malogrado, por isso, ocorria essa impossibilidade dele ditar o ritmo da sucessão presidencial. No entanto, o que ocorria era mais grave do que isso, pois não só o governo havia fracassado, mas toda a classe dirigente e dominante do país havia malogrado. “As correntes políticas tão argutas e rápidas em sentir o malogro do governo, não percebem o próprio desastre” (Faoro, 1993n, p.19). Tendo tais fracassos como evidentes e inquestionáveis não ficava difícil imaginar, afirmava ele, quais seriam as estratégias, que tais setores montariam, para enfrentar o futuro político imediato.

A camada dominante e dirigente não conseguiu articular, nestes 15 anos de



estagnação e de obstinada inflação, uma justificativa para que seja reconhecida como dominante e como dirigente. A alternativa, ao que adverte, por exemplo, Barrington Moore Jr. (em *A Injustiça* [1987]) seria a seguinte: ou os líderes da classe dominante e dirigentes fracassaram, sem contaminar a ordem social e econômica, ou fracassou a base sobre a qual aquela floresce (Faoro, 1993n, p.19).

O futuro imediato esclareceria a natureza do fracasso, ou seja, as eleições vindouras, a partir de 1994, indicariam novos governantes que revelariam, através de suas ações, se o malogro da transição política se restringia ou não aos últimos anos da década de 1980 e aos primeiros da década de 1990 e/ou se havia alcançado a ordem social e econômica como um todo. Seria um fracasso conjuntural e/ou seria mais profundo do que isso? Em 1993, Faoro afirmava que não era possível ainda responder a essa pergunta, à qual ele vai responder na segunda metade da década de 1990 em seus artigos analisando o período que se inicia com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Mesmo não sendo possível discutir, no âmbito deste artigo, as suas reflexões acerca desse período último citado, o que será feito em outros artigos subseqüentes, pode-se dizer que Faoro detectava que o malogro da transição havia afetado não só governos de modo isolado, mas também a ordem econômica e social, daí a dificuldade das eleições sucessivas trazerem remédios para os males em curso.

Não havia qualquer dúvida de que os conservadores que conduziam a política desde a independência tinham a velha fórmula para todos os males: manter o autoritarismo e o oligarquismo intactos. Todavia, se a ordem econômica e social se encontrava fragilizada pelo processamento político em curso, não existia qualquer solução senão romper com a estrutura oligárquica que minava a democracia, o Estado de direito e a ampliação do espaço público. Essa era a encruzilhada na qual o país se encontrava: a dificuldade de redefinir simultaneamente o padrão de organização social e o padrão de mando e de domínio político, ambos sedimentados ao longo da história do país.

Assinale-se que era inimaginável a possibilidade de, “num lance eleitoral”, transmutar significativamente a organização social e política

brasileira. Muitas vezes, essa ilusão era vendida, bem como a de que, num lance eleitoral, as elites seriam substituídas inteiramente. Alguns candidatos, Collor de Mello, por exemplo, em 1989, vendeu esta idéia, a de que, numa bravata, sem qualquer programa político-partidário e sem qualquer distanciamento dos métodos das velhas elites curtidas pelos arranjos oligárquicos, ele seria capaz de transmutar a história em curso²².

Raymundo Faoro (1993n, p.19) afirmava que as bravatas eleitorais se faziam sobre um país “devastado, destruído e saqueado”. E o mais grave de tudo isso era que não se vislumbrava qualquer certeza quanto à possibilidade de reversão desse quadro no futuro próximo. Os espaços de incertezas eram enormes bem como aqueles coalhados de armadilhas e de riscos (Faoro, 1993n) que eram realimentados cotidianamente tanto pela ação como pela inação dos diversos segmentos que compunham os setores dominantes e dirigentes. Ele dizia que era observável que muitos prefeitos, deputados, senadores e governadores, diante das eleições gerais e simultâneas que ocorreriam em 1994, procuravam manter-se “quietos, sem levantar muitas ondas” (Faoro, 1993º, p.19) para que o coro social não viesse a despertar e a perturbar a dança política e social em andamento.

Faoro argumentava que, examinando os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no início da década de 1990, ficava evidente que o país estava despencando ladeira abaixo, o que era confirmado, principalmente, pela concentração de renda detectada pelos dados publicados naquela ocasião pelo *Anuário Estatístico do Brasil*. A velocidade desse processo de expansão das desigualdades chamava a atenção. “Para só citar um exemplo: o rendimento médio mensal caiu de cz\$ 35.354 em 1989 para 28.774 em 1990 (valores deflacionados). Lembre-se ainda que, para uma população ocupada de 62 milhões de pessoas, só 31 milhões contribuem para os institutos de previdência; entre os empregados quase a metade não possui carteira de trabalho assinada”²³ (Faoro, 1993o, p.19).

O que interessa compreender, dizia Faoro, é o que esses números significavam para aqueles que pleiteavam cargos políticos nas eleições vindouras? O que esses números queriam dizer para quem se propunha a assumir a condição de dirigentes nas várias instâncias de poder? Para a maioria dos pleiteadores de cargos públicos,

22 Sobre isto ver: (Rezende, 2006).

23 Dados do início da década de 1990.

infelizmente, tais números não queriam dizer muita coisa, já que os que governam, dentro desse modelo oligárquico, têm em mente o seguinte: todos aqueles que são excluídos e têm sua cidadania fragilizada pela miséria continuam sendo eleitores. Isso é o que lhes interessa, nada mais. “O pobre, isolado e banido [renegado pela sociedade], continua a ser um eleitor um eleitor expulso da cidadania” (Faoro, 1993^o, p.19), mas com grande potencialidade para ser seduzido por charlatões e demagogos. Em tais condições, por que os políticos oligárquicos e autoritários se interessariam, de fato, pelos números que indicavam aprofundamento da pobreza e das desigualdades? E por que se interessariam eles em propor algo efetivo? Pensam eles: deixemos tudo para depois. Adiar qualquer solução tem sido a saída encontrada pelos dirigentes ao longo de nossa história.

Enquanto os dirigentes adiam qualquer solução para os problemas sociais e políticos que assolam o país, a população vai se tornando mais e mais descrente na política. A descrença embota o desejo da mudança. Conforme afirmava Manoel Bomfim, em 1905, o desejo da mudança é algo que tem de ser criado socialmente. No Brasil, as classes dirigentes, dizia ele, não têm feito outra coisa senão matar esse próprio desejo (Bomfim, 1993). “Para a parcela que, acreditando hoje, deixa amanhã de ter esperança, um salvador será a esperança de quem perdeu todas as esperanças. Salvador civil ou militar, impostor ou crente, que, alçado às grandezas pelos que sentiram cair a flor das mãos, governa com os de cima” (Faoro, 1993p, p.31).

Enfim, pode-se dizer que Raymundo Faoro, em 1993, reafirmava suas principais teses longamente discutidas em *Os donos do poder*. A principal delas é a de que o Estado, os tecnocratas, os detentores dos cargos públicos, os segmentos que controlam as instituições, etc. vão muito bem, enquanto a população mais pobre vai muito mal. A política das instituições e a política econômica reafirmavam essa lógica que dissocia o Estado da sociedade para, assim, fazer valer melhor os interesses pessoais daqueles que estão à frente das instituições que deveriam zelar pelo bem público, mas não o fazem.

Referências Bibliográficas

Bomfim, Manoel (1931). *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro, Francisco Aves.

Bomfim, Manoel (1993). *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks.

CAMATA chora no plenário do Senado e pede afastamento do Conselho de Ética (2009b) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. Caderno A, p.4.

Castro, Josué de (1961). *Geopolítica da fome*. São Paulo, Brasiliense.

CIRO ataca Ministério Público e deputados (2009e) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23, abr. Caderno A, p.6.

Cohn, Gabriel (1988). Uma persistência de geólogo pelas camadas do poder. In *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. Caderno 2, p.4.

DEPUTADOS querem mais dinheiro por maior transparência (2009). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. Caderno A, p. 4.

DEPUTADOS usam dinheiro da Câmara para família passear (2009c.). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. Caderno A, p.4.

Faoro, Raymundo (1981). *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense.

Faoro, Raymundo (1988). *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro, Globo.

Faoro, Raymundo (1988^a). O subterrâneo do atraso. *IstoÉ/Senhor*. São Paulo, n.987, p.27, 17 ago.

Faoro, Raymundo (1989). *Os donos do poder*. Porto Alegre, Global.

Faoro, Raymundo (1989^a). A querela do parlamentarismo. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n.1023, p.31, 26 abr.

Faoro, Raymundo (1989b). As utopias eleitorais e eleitoreiras. *IstoÉ/Senhor*, n.1029, p.31, 07 jun.

Faoro, Raymundo (1989c). Esses Aires. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n.1037, p.23, 02 ago.

Faoro, Raymundo (1990). O Plano: o improviso e a incerteza. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo: n. 1071, p.31, 28 mar.

Faoro, Raymundo (1990^a). O sonho da ilha fiscal e outros sonhos. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n.1069, p.39, 14 mar.

Faoro, Raymundo (1990b). A corte de Henrique IV. *IstoÉ/Senhor*. São Paulo, n.1078, p.21, 16 maio.

Faoro, Raymundo (1990c). Coerências e trapalhadas. *IstoÉ/Senhor*. São Paulo,, n.1080, p.25, 30 maio.

Faoro, Raymundo (1991). Entre o direito e o torto. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n.1133, p.17, 12 jun.

Faoro, Raymundo (1993). O futuro com números falsos. *IstoÉ*, São Paulo, , n.1215, p.19, 13 jan.

Faoro, Raymundo (1993^a). O baile de despedida. *IstoÉ*, São Paulo, n.1214, p.19, 06 jan.



Faoro, Raymundo (1993b). As sombras do plebiscito. *IstoÉ*, São Paulo, n.1217, p.21, 27 jan.

Faoro, Raymundo (1993c). O futuro com números falsos. *Isto É*, São Paulo, n.1215, p.15, 13 jan.

Faoro, Raymundo (1993d). A tese do cheque em branco. *IstoÉ*, São Paulo, n.1220, p.20, 17 fev.

Faoro, Raymundo (1993e). Uma história antiga. *IstoÉ*, São Paulo, n. 1218, p.21, 03 fev.

Faoro, Raymundo (1993f). O carnaval e o ano-novo. *IstoÉ*, São Paulo, n.1219, p.21, 10 fev.

Faoro, Raymundo (1993g). O plano e o poder decisório. *IstoÉ*, São Paulo, n.1231, p.26, 05 maio.

Faoro, Raymundo (1993h). O plano FHC, por Tolstoi. *IstoÉ*, São Paulo, n.1238, p.38, 23 jun.

Faoro, Raymundo (1993i). Um milagre em Brasília. *IstoÉ*, São Paulo, n.1235, p.23, 02 jun.

Faoro, Raymundo (1993j). Governabilidade à brasileira. *IstoÉ*, São Paulo, n.1226, p.25, 31 mar.

Faoro, Raymundo (1993l). Temida e temível revisão. *IstoÉ*, São Paulo, n.1227, p.25, 07 abr.

Faoro, Raymundo (1993m). Um lance incerto. *IstoÉ*, São Paulo, n.1239, p.25, 30 jun.1993m.

Faoro, Raymundo (1993n). A impaciência dos fatos. *IstoÉ*, São Paulo, n.1228, p.19, 14 abr.

Faoro, Raymundo (1993º). A política e os números. *IstoÉ*, São Paulo, n.1229, p.19, 21 abr.

Faoro, Raymundo (1993p). Deixar para depois. E orar. *IstoÉ*, São Paulo, n.1237, p.31, 16 jun.

Faoro, Raymundo (1994). *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.

Faoro, Raymundo (1994a). Os liberalismos. In *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática. P52-83.

Faoro, Raymundo (1994b). A modernização nacional. In *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática. P 95-115.

Faoro, Raymundo (1998). FHC caiu na vida: Entrevista. *Carta Capital*, São Paulo, n.77, p.38-41, 24 jun.

FAORO, Raymundo (2000). Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de maio 2000. Caderno Mais, p.6-14.

Fernandes, Florestan (1975). *A revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo, Zahar.

Freyre, Gilberto (1962). *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Furtado, Celso (1964). *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Mannheim, Karl (1986). O pensamento conservador. In MARTINS, J. de S. (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec. p. 77-131.

Metade dos deputados utilizou cota para financiar viagens com família ao exterior (2009f). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. Caderno A, p.6.

Moore Jr. Barrington (1987). *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense.

Moran, Carlos A.A. e WITTE, Gilson (1993). A conceituação de inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. *Teor.Evid. Econ.* Passo Fundo, n.1, p.119-141, mar.

Rezende, Maria J. de (2006). A interpretação de Raymundo Faoro acerca do governo Collor. *Iberoamericana*, Berlim, n.23, p.35-54, set.

Rezende, Maria. J. de (2006^a). As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos 1989 e 1990. *Política & Sociedade*. Florianópolis, n.9, p. 91-121.

Rezende, Maria J. de (2006b). O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.27, n.1, p. 207-232.

Rezende, Maria J. de (2008). O penúltimo ano do governo Sarney (1988) expondo o malogro da transição política brasileira: a análise de Raymundo Faoro. *Estudos FEE*, Porto Alegre, v.29, n.1. p.179-206.

Rezende, Maria J. de (2008^a). Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, n. 42, p.165-192, out.

Rezende, Maria J. de (2008b). As camadas sociais de Raymundo Faoro In *Sociologia*, n.18, Escala, São Paulo, p.30-37.

Rezende, Maria José de (2009). Alguns embaraços do projeto de abertura política no Brasil que foram apontados por Faoro em seus artigos publicados na grande imprensa entre maio e dezembro de 1980. In *Ciências Sociais na atualidade*. São Paulo, Paulus. P133-164.

Rezende, João Batista de (1998). *Reforma e política tributária: as formulações do atual sistema tributário na constituinte de 1987/1988*. Londrina, Jornal de Londrina. 145p.

Romero, Sílvio (1910). Nosso maior mal. In *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto, Chardron de Lello & Irmão. p. 60

Temer e Gabeira também doaram bilhetes a parentes (2009^a). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. Caderno A, p.4.

Viúva de senador converte cota em dinheiro (2009d). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. Caderno A, p.4.